

PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE CERTEZAS NO GOVERNO  
BOLSONARO: A NEGAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Renata Ortiz Brandão (Doutoranda, UNICAMP, renata.o.brandao@gmail.com)

Flavio da Rocha Benayon (Doutorando, UNICAMP, fbenayon2@gmail.com)

**Resumo:** A partir da Semântica do Acontecimento, imbricada à Análise de Discurso Materialista, analisamos a “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”, publicada em 2019 e em 2020 por determinação do governo presidencial de Jair Bolsonaro. Ambos os textos negam relatos e pesquisas que afirmam a ocorrência de um golpe militar em 1964, seguido de uma ditadura que perdurou por 21 anos durante o regime republicano brasileiro. A legitimação da tomada de poder pelos militares é configurada a partir da invenção de inimigos e ameaças, significados como *comunismo*, *nazifascismo*, *ideologias totalitárias*, *extremos do espectro ideológico*. A alusão ao golpe como um movimento democrático e popular perpetua o imaginário de proteção da *liberdade* e da *democracia* garantida pelos militares, silenciando as mortes e perseguições contra opositores e a censura contra professores, cientistas e jornalistas. A exaltação do *Movimento de 1964* como um marco para a democracia brasileira indica que o dizer presidencial se produz a partir da posição do militarismo autoritário e do reacionarismo, que nega o caráter antidemocrático e repressivo da tomada do poder da República em 1964 pelos militares.

Palavras-chave: golpe militar de 1964, ordem do dia alusiva ao 31 de março de 1964, Semântica do Acontecimento, Análise de Discurso Materialista.

**Abstract:** Based on the Semantics of the Event, in a dialog with the Materialist Discourse Analysis, we analyzed the “Order of the Day Allusive to March 31<sup>st</sup>, 1964”, published in 2019 and in 2020 by determination of Jair Bolsonaro’s presidential government. Both texts deny reports and researches attesting the military coup that took place in 1964, followed by a dictatorship that lasted for 21 years during the Brazilian Republican regime. The legitimization of the seizure of power by the military forces is configured based on the invention of enemies and threats, nominated as *communism*, *Nazi-fascism*, *totalitarian ideologies*, *extremes of the ideological spectrum*. The allusion to the coup as a democratic and popular movement perpetuates the imaginary of protection of *freedom* and *democracy* guaranteed by the military forces, silencing the deaths and persecutions against opponents and the censorship against teachers, scientists

and journalists. The exaltation of the *1964 Movement* as a milestone for Brazilian democracy indicates that the current presidential government enunciates from a militaristic, authoritarian and reactionary position that denies the anti-democratic and repressive character of the Republic takeover by the military forces in 1964.

Keywords: 1964 military coup, Order of the Day Allusive to March 31<sup>st</sup>, 1964, Semantics of the Event, Materialistic Discourse Analysis.

## Introdução

O governo de Jair Bolsonaro, nos anos de 2019 e 2020, em mais um de seus gestos controversos e autoritários, determinou que uma *ordem do dia* fosse lida nos quartéis em comemoração a 31 de março de 1964, data de início da ditadura militar no Brasil.

Em 2019, a íntegra do documento foi divulgada pelo portal do Ministério da Defesa, sob o título de *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. No entanto, atualmente, não se encontra mais disponível no site do Governo Federal, mas somente em outros *sites* que fizeram a sua divulgação à época<sup>1</sup>. Em 30 de março de 2020, foi publicada com o mesmo título, no *site* do Ministério da Defesa, uma outra *ordem do dia*<sup>2</sup> para rememorar a tomada do poder da República pelos militares em 1964.

A partir da Semântica do Acontecimento, imbricada à Análise de Discurso Materialista, e considerando as relações semânticas tanto intra quanto intertextuais, analisaremos, neste trabalho, os sentidos das formulações *o 31 de Março de 1964* e *o Movimento de 1964*, que significam, nas materialidades enunciativo-discursivas da *ordem do dia* de 2019 e de 2020, em uma relação de sinonímia.

De saída, observamos que ambas as materialidades do dizer contrapõem relatos e pesquisas que afirmam a ocorrência de um golpe militar em 1964, seguido de uma ditadura que perdurou por 21 anos. A publicação de tais documentos pelo Estado nos indica, desse modo, a existência de uma disputa pela constituição da memória coletiva:

<sup>1</sup> É possível ler a *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964* de 2019 na íntegra no blog de Reinaldo Azevedo. Disponível em: <<https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/29/golpe-sim-7-a-integra-da-ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964/>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1965>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

La disputa sobre la memoria incide de manera directa en el desenlace de enfrentamientos políticos presentes. (...) Pues si la memoria es la forma en que el pasado existe en el presente, sin duda esa memoria también es y será, al menos por ahora, objeto de una disputa por el futuro político. (CAVIGLIA, 2006, p. 52)

## 1. Retornos e deslocamentos: o movimento dos sentidos

Nosso objetivo, neste trabalho, é observar, por meio do procedimento de reescrituração, os movimentos de deslocamento e deslize dos sentidos das formulações *o 31 de Março de 1964* e *o Movimento de 1964*. É pelo movimento textual de reescrituração que “a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). São, portanto, as reescriturações de enunciados por outros, na materialidade enunciativo-discursiva, que movimentam os sentidos.

A análise do procedimento textual de reescrituração no material de análise inclui a observação dos movimentos de retorno dos sentidos no dizer, isto é, das disputas pela constituição da memória política dos sentidos, o que se dá pela atualização de uma memória discursiva. A retomada de formulações na materialidade enunciativo-discursiva vai construindo uma memória histórica que se apresenta como se os sentidos não fossem regularizados e “tramados pelo tecido sócio-histórico” (INDURSKY, 2011, p. 71), transformando assim afirmações questionáveis em certezas inquestionáveis.

Compreendemos, a partir de Michel Pêcheux (2015), a noção de *memória discursiva* como o que restabelece os sentidos regulares a serem produzidos em um enunciado a partir de determinada posição de sujeito.

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2015, p. 46)

Ainda conforme Pêcheux (2015, p. 46), ao comentar a conferência e as formulações de Pierre Achard, “haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização

que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”. É, portanto, no jogo entre o “mesmo” e o “diferente” (ORLANDI, 1996), entre o retorno e o deslocamento, que os sentidos são (re)formulados e circulam em diferentes momentos da história.

## 2. A Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964

O dizer do governo Bolsonaro, pelo movimento textual de reescrituração, significa a formulação *o 31 de Março de 1964* como um *episódio simbólico* do alinhamento entre o povo brasileiro e as Forças Armadas que possibilitou o *cumprimento da Constituição Federal de 1946*<sup>3</sup>, apresentando, desse modo, o acontecimento da tomada de poder pelos militares como um gesto político nacional, porque teria envolvido o todo dos brasileiros; e legítimo, porque alegadamente teria respeitado a Constituição da época. Desse modo, tanto a *ordem do dia* de 2019 quanto a de 2020 se apresentam, por um efeito de sentido do dizer, como documentos que supostamente dão a ver uma *perspectiva histórica*<sup>4</sup> do Brasil, um *entendimento de fatos históricos*<sup>5</sup>, a fim de *constatar a verdade*.

As materialidades enunciativo-discursivas em análise produzem ainda uma disjunção entre *democracia/liberdade* e *ideologias totalitárias*, de modo que a segunda formulação significa sustentada sobre uma equivalência entre *nazifascismo* e *comunismo*, determinados semanticamente como *os extremos do espectro ideológico*:

(1) Como resultado do impacto político, econômico e social, a humanidade se viu envolvida na Primeira Guerra Mundial e assistiu ao avanço de *ideologias totalitárias*, em ambos os *extremos do espectro ideológico*. Como *faces de uma mesma moeda*, tanto o *comunismo* quanto o *nazifascismo* passaram a constituir *as principais ameaças à liberdade e à democracia*. (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019, grifos nossos)

<sup>3</sup> “As Forças Armadas participam da história da nossa gente, sempre alinhadas com as suas legítimas aspirações. O 31 de Março de 1964 foi um episódio simbólico dessa identificação, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, quando o Congresso Nacional, em 2 de abril, declarou a vacância do cargo de Presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta do Presidente Castello Branco, que tomou posse no dia 15.” (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019)

<sup>4</sup> “Enxergar o Brasil daquela época em perspectiva histórica nos oferece a oportunidade de constatar a verdade.” (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019)

<sup>5</sup> “O entendimento de fatos históricos apenas faz sentido quanto apreciados no contexto em que se encontram inseridos.” (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2020)

(2) (...) *ideologias totalitárias em ambos os extremos do espectro ideológico ameaçavam as liberdades e as democracias. (Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964, 2020, grifos nossos)*

Em 1964, conforme o imaginário construído nas materialidades do dizer e que sustenta a *ordem do dia*, o comunismo supostamente ameaçava o poder, de modo que os militares se apresentavam como a garantia da liberdade e da democracia no país. A certeza de que não houve um golpe de Estado é construída a partir da impossibilidade de significar as forças militares, e seu governo, como totalitárias.

O comunismo e o nazifascismo são significados simetricamente, como se fossem semelhantes, apesar de ocuparem lados politicamente opostos. Ambos seriam equivalentes, “faces de uma mesma moeda”, ao ocuparem “os extremos do espectro ideológico” que ameaçam a liberdade e a democracia. Os militares, portanto, sendo aqueles que defendem o país dos extremistas, correspondem às forças moderadas (e moderadoras) que lutam contra o comunismo e o nazifascismo.

Esse lugar imaginário, ocupado pelos militares, de intermediário entre dois extremos ideológicos concorre para a produção da certeza de que não houve um golpe em 1964 no Brasil. Assim, aqueles que foram destituídos, mais especificamente o governo de João Goulart, são lidos como extremistas, de forma que suas práticas sociais e econômicas são desqualificadas.

O golpe concebido pelos militares brasileiros é por eles justificado a partir da defesa da liberdade e da democracia, apagando as políticas públicas contra a qual se posicionaram, acusando-as de extremistas. Entre tais políticas, havia a proposta de iniciar a reforma agrária a partir de uma mudança na constituição que regulamentaria a desapropriação do latifúndio improdutivo, indenizando o proprietário das terras desapossadas. Para sustentar o imaginário de luta contra o extremismo, os militares apagam seu alinhamento aos grandes latifundiários, em um Brasil em que, conforme Muniz Bandeira (1978, p. 164): “Numa população de 70 milhões de brasileiros, somente 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2%, isto é, 73.737 proprietários ocupavam 58% da área total dos hectares”.

Recortamos outros modos de significar o comunismo no texto:

(3) O 31 de março de 1964 estava inserido no ambiente da Guerra Fria, que se refletia pelo mundo e penetrava no País. *As famílias no Brasil estavam alarmadas e colocaram-se em marcha.* Diante de um cenário de graves convulsões, *foi interrompida a escalada em direção ao totalitarismo.* As Forças Armadas, atendendo ao *clamor da ampla maioria da população* e da imprensa brasileira, assumiram o papel de estabilização daquele processo. (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019, grifos nossos)

(4) *A sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram.* As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis. (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2020, grifos nossos)

A disjunção produzida nos documentos significa, por um lado, o comunismo e demais formulações que estão em relação parafrástica a ele, tal como *radicalismo* e *ameaças*, como totalitários - o que, por sua vez, nomeia o próprio governo deposto de João Goulart. Por outro lado, este efeito de oposição entre *democracia/liberdade* e *ideologias totalitárias* significa o *Movimento de 1964* e, desse modo, o militarismo brasileiro como o legítimo assegurador da liberdade e da democracia - legítimo porque alegadamente autorizado e reclamado pelas *famílias no Brasil*, pela *ampla maioria da população/sociedade brasileira*, pela *imprensa brasileira*, e pelos *empresários*: “contra esses radicalismos, o povo brasileiro teve que defender a democracia com seus cidadãos fardados” (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019). O dizer constrói, assim, um imaginário de povo como uma unidade indivisível e consonante, o que legitima, por sua vez, a oposição aos supostos *radicalismos* em nome das liberdades democráticas.

O funcionamento opositivo é constitutivo das certezas que negam ter ocorrido uma ditadura militar. No cerne desse mecanismo, há a atualização de uma memória discursiva no dizer: em abril de 1964, perante o Congresso Nacional, Castello Branco, ao enunciar a partir do lugar social de presidente da República, produz um imaginário de defesa da democracia, significando a instauração do regime militar como um *movimento cívico da Nação brasileira*, ou seja, como fruto da reivindicação popular, que teria unido os cidadãos brasileiros - *todos, civis e soldados* - a fim de salvar a democracia dos *malefícios da extrema-esquerda* e assim levar o país ao *desenvolvimento*.

Na materialidade enunciativo-discursiva do pronunciamento de posse de Castello Branco, o golpe de Estado performed pelos militares em 1964 não se apresenta como tal, isto é, como uma imposição autoritária e repressiva; ao contrário, ele significa como uma resposta legítima às demandas sociais, e como a certeza da defesa e da restauração da democracia e do regime republicano. Ao mesmo tempo, o efeito de unidade que funciona na palavra *Nação* produz um imaginário de coesão social, silenciando divisões e disputas, o que produz, como efeito de sentido do dizer, um alinhamento entre o movimento de intervenção militar e o povo, que se apresenta em oposição à *extrema-esquerda*, funcionando, por sua vez, como um modo de legitimar a instauração do regime.

Há, dessa forma, no dizer do governo Bolsonaro, pela atualização de uma memória discursiva, uma retomada do mecanismo da disjunção, inscrevendo o dizer em uma rede de sentidos que opõe a ‘nação’ (imaginária) ao ‘comunismo’, à ‘esquerda’, ao passo que produz um alinhamento entre ‘nação’, ‘democracia’ e ‘regime militar’, legitimando, por conseguinte, a tomada arbitrária do poder da República pelas Forças Armadas.

Os mecanismos de produção de certezas nas materialidades enunciativo-discursivas da *ordem do dia* - o imaginário de unidade/homogeneidade para significar a sociedade brasileira, e o efeito de oposição entre *democracia/liberdade* e *totalitarismo/comunismo* - ocorrem, portanto, pelo funcionamento de uma memória discursiva e, desse modo, retornam no dizer do governo Bolsonaro, inscrevendo-o numa rede de sentidos, já presente no pronunciamento de Castello Branco, que nega o regime militar como uma imposição autoritária e antidemocrática e, nesse movimento, produz um gesto de exaltação e engrandecimento do *31 de Março de 1964*.

A legitimidade da instauração do regime militar se apresenta no dizer do governo Bolsonaro como uma certeza inquestionável: a certeza de que não se tratou de uma ditadura, de um regime repressivo e autoritário, mas sim de um modo autorizado socialmente de salvaguardar a República brasileira e as liberdades democráticas:

(5) Cinquenta e cinco anos passados, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica reconhecem o papel desempenhado por aqueles que, ao se depararem com os desafios próprios da época, *agiram conforme os anseios da Nação Brasileira*. Mais que isso,

reafirmam o *compromisso com a liberdade e a democracia*, pelas quais têm lutado ao longo da História. (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2019, grifos nossos)

Os documentos da *ordem do dia*, formulados a partir do lugar do poder estatal, mais especificamente, a partir de um aparelho repressivo do Estado<sup>6</sup>, o Ministério da Defesa, se apresentam, portanto, como um modo de reverenciar e enaltecer a ação das Forças Armadas em 1964, reproduzindo e, assim, assegurando uma dada relação de sentido, qual seja, a de que a tomada de poder pelos militares representou um gesto político popular que respeitou *os anseios da Nação Brasileira* e que defendeu *a liberdade e a democracia*.

O imaginário constantemente reafirmado da defesa da *liberdade* e da *democracia* concorre para a negação do golpe militar, viabilizando sua comemoração. Essas palavras são opacas, de modo que mobilizam apenas os sentidos de oposição às forças nomeadas como “ideologias totalitárias”. As formas de pensar a política pública, econômica e a vida social que constituem a *liberdade* e a *democracia* não são explicitadas.

A reafirmação constante dessas palavras produz um silenciamento da prisão, do espancamento e da morte dos opositores políticos ao regime perpetrado pelos militares. O controle social através da censura, da perseguição a professores, cientistas e jornalistas, o impedimento da realização de eleições diretas também são esquecidos quando os militares reafirmam a defesa da *liberdade* e da *democracia*. Destacamos aqui a repetição, com deslocamentos, de um enunciado no primeiro e no último parágrafo da *ordem do dia* publicada no ano de 2020:

(6) O Movimento de 1964 é *um marco para a democracia brasileira*. O Brasil reagiu com determinação às *ameaças* que se formavam àquela época. (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2020, grifos nossos)

---

<sup>6</sup> O *Aparelho de Estado* (AE) é, para Althusser (1996 [1969/1970]), o próprio Estado enquanto “força de execução e intervenção repressoras, ‘a serviço das classes dominantes’, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado” (p. 111). O AE contém o governo, o exército, a polícia, os tribunais etc, e, por funcionar pela violência, é um aparelho repressivo - repressão esta que pode se dar tanto física quanto administrativamente.

(7) O Movimento de 1964 é *um marco para a democracia brasileira*. **Muito mais pelo que evitou.** (*Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*, 2020, grifos nossos)

A formação nominal “Movimento de 1964”, constituída por um substantivo determinado por uma data, não explicita o caráter militarista e inconstitucional do acontecimento. Essa formulação convoca um dizer exterior e contraditório que afirma “golpe militar de 1964”, indicando a ilegalidade do movimento perpetrado por integrantes do Aparelho Repressivo. Essa tensão na memória do dizer indica a circulação de sentidos em disputa ao falar sobre 64, de modo que a ordem do dia está filiada ao negacionismo do golpe e de seu caráter antidemocrático, tentando empreender o apagamento de uma posição discursiva que insiste em lembrar que a ditadura censurou, perseguiu e matou brasileiros.

A exaltação do *Movimento de 1964* como *um marco para a democracia brasileira* indica a posição a partir da qual se produz o dizer do governo Bolsonaro: a do militarismo autoritário, do reacionarismo, que nega o caráter antidemocrático e repressivo da tomada do poder da República em 1964 pelos militares. A comemoração de tal acontecimento aponta ainda um dos projetos de governo visionados por Jair Bolsonaro e seu clã militar: a invenção de inimigos e ameaças. Em 1964, o pronunciamento de posse de Castello Branco anunciava as supostas ameaças da *extrema-esquerda*, alertava sobre os perigos da *ideologia totalitária* do *comunismo*. Em 2019/2020, o dizer do governo Bolsonaro, materializado nas *ordens do dia*, confirma o caráter urgente da intervenção militar: foi uma reação às *ameaças da época*; foi um gesto democrático *muito mais pelo que evitou* - isto é, não pelo que realizou, mas sim porque teria impedido o grande mal, o avanço do comunismo e da esquerda, inimigos da democracia e da liberdade.

### 3. Considerações finais

Em *A memória saturada*, Régine Robin nos conta: "Retornos, repetições, paródias, imitações, ilusões, em forma de fantasmas e de espectros, há retorno do recalado no acontecimento (...). Diga-me que cadáveres você escondeu nos baús da

história, e eu lhe direi que tipo de acontecimento você deve esperar” (ROBIN, 2016, p. 60). Certamente os baús da história brasileira guardam muitos cadáveres insepultos, que vagam pelo chão de nossa terra lançando murmúrios em busca de escuta, e que, no entanto, os Aparelhos de Estado e também parcela da população fazem questão de não escutar, e mesmo de silenciar.

A violência da negação de escuta aos sussurros produzidos por nossos cadáveres se materializa, portanto, na forma de outra violência, constituída pelo lugar do poder da República: uma ode à intervenção militar de 1964, que nega a truculência e o caráter autoritário e repressivo do regime conduzido pelas Forças Armadas, produzindo assim, no lugar, um imaginário de que a tomada do poder pelos militares representou a salvação das liberdades democráticas, contra o perigo da “ideologia comunista”, contra a “extrema-esquerda” - inimigo que, agora, é nomeado de “marxismo cultural”, “esquerdismo”, “petismo”, “lulismo”... ou qualquer outra formulação que refira a quem discorde das necropolíticas engendradas pelo governo Bolsonaro.

Estamos em 2021, em meio a uma pandemia de *Covid-19* que está levando o sistema de saúde, tanto público quanto particular, a um colapso total. Mesmo assim, uma das preocupações do governo Bolsonaro e das Forças Armadas tem sido garantir, junto à Justiça, o direito de celebrar o 31 de Março de 1964<sup>7</sup>. Trata-se, portanto, da negação institucionalizada de um passado opressor na história brasileira; trata-se da violência à memória como política de Estado.

## Referências

ALTHUSSER, L. (1969/1970) Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BANDEIRA, M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

---

<sup>7</sup> Fonte: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/governo-tenta-garantir-na-justica-direito-de-celebrar-o-golpe-de-1964/>>. Acesso em: 19 de março de 2021.



CAVIGLIA, M. **Dictatura, vida cotidiana y clases medias**: una sociedad fracturada. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. 4.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ROBIN, R. **Memória saturada**. Tradução de Greciely Costa e Cristiane Dias. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.